

A BARRAGEM DE SOBRADINHO E OS ATINGIDOS DE SENTO-SÉ-BA

Adzamara Rejane Palha Amaral (1); Juracy Marques dos Santos (2)

(1) Mestranda em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGECO), Universidade Estadual da Bahia – UNEB/DTCS III, adzamarajua@gmail.com; (2) Docente da Universidade Estadual da Bahia – UNEB/DTCS III, juracymarques@yahoo.com.br.

Resumo: O presente artigo teve como objetivo analisar algumas produções bibliográficas que trazem relatos memorialísticos dos moradores da antiga cidade de Sento-Sé (BA), atingidos pela construção da barragem de Sobradinho na década de 1970. Nesta pesquisa também foram tratados os dados e informações referentes às outras construções de barramentos ao longo do Rio São Francisco, para a geração de energia elétrica em outras comunidades inundadas. Os autores utilizaram jornais da época, documentos de fontes institucionais e análises dos discursos desenvolvimentistas do Governo Federal para justificar a construção da barragem de Sobradinho. Eles coletaram dados através das entrevistas com moradores e usaram como material que serviram como testemunho para compreender os impactos socioambientais causados pela construção da barragem de Sobradinho.

Palavras-Chave: pesquisa, ribeirinhos, impactos, socioambientais e memória.

Introdução

A construção da Barragem de Sobradinho, localizada no Submédio São Francisco, teve início na década de 1970 como parte das políticas do Governo Federal para implantação de grandes projetos hidrelétricos, entre os quais Itaipu (1974), Balbina (1989), Itaparica (1988) e Sobradinho (1973). Depois da construção desta última hidrelétrica, em 1977, houve uma remoção forçada de 72 mil pessoas que foram deslocadas dos municípios de Pilão Arcado, Casa-Nova, Remanso e Sento-Sé para outros lugares, deixando sob as águas os seus espaços de referência, de sociabilidade e o seu habitat natural.

Como citou Silva (2010, p.139), a vida dos ribeirinhos depois da construção da Barragem de Sobradinho sofreu modificações, como o fluxo da navegação no curso do rio, a “dinâmica das águas que tiveram que ser alteradas, assim como os peixes e a sazonalidade das vazantes mudaram, sem contar com a quantidade de material orgânico jogados no reservatório poluindo o rio”.

Os pesquisadores abordaram ainda a construção da barragem de Sobradinho e como as políticas públicas de desenvolvimento para construção de novos barramentos ou desapropriações de áreas para formação de parques nacionais excluíram a participação dos atores principais. Como pensar essas políticas sem ouvir o povo, sem pensar com eles estratégias que permitam diminuir os impactos dos projetos que causam tantas tragédias e sofrimentos. Pesquisando sobre os impactos socioambientais causados por barragens,

(83) 3322.3222

contato@conadis.com.br

www.conadis.com.br

percebe-se nos depoimentos das pessoas que foram atingidas, o sentimento de saudade que os moradores das cidades inundadas sentem de sua terra natal, (AMARAL, 2012).

Entre os impactos socioambientais causados pela construção da barragem de Sobradinho estão os listados na tabela 1.

Tabela 1: Impactos Socioambientais de Barragens no rio São Francisco

FATOR AMBIENTAL	IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS
Situação Demográfica	1.Transferência compulsória da população afetada (cerca de 150 mil pessoas); 2.Êxodo rural e inchaço urbano; 3.Problemas habitacionais durante a fase de construção dos acampamentos; 4.Dificuldades de adaptação nos novos espaços urbanos e rurais;
Aspectos Sociais e Culturais	5.Desestruturação das redes de relações sociais; 6.Desarticulação dos elementos/atividades culturais; 7. Surgimento de situação de apreensão e insegurança; 8.Dispersão dos povos e comunidades tradicionais (povos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores artesanais, vazanteiros, etc); 9.Intervenção na realização de muitas manifestações culturais;
Núcleos Populacionais	10.Inundação de Áreas Urbanas e Rurais; 11.Planejamento, Urbanístico Inadequado; 12.Quebra e desestruturação de polos de abastecimento e comercialização; 13.Inviabilização de acesso a bens/recursos naturais e serviços locais;
Atividades Econômicas	14.Expropriação efetiva das terras; 15.Perda dos espaços familiares de produção: fruteiras, plantações, matas que alimentam o criatório de animais; 16.Desorganização das atividades agrícolas e pesqueiras; 17.Perda de áreas agrícolas com consequente decréscimo da produção de alimentos e outros produtos agropecuários; 18.Aumento da taxa de desemprego rural; 19.Rupturas das famílias agricultores/pescadoras com os modos de produção;
Saúde Pública	20.Desativação das rocas; 21.Surgimento de focos de moléstias diversas; 22.Acidentes com a população local e com pessoal alocado nas obras; 23.Mortalidade acentuada em populações de idosos;
Educação, Recreação e Lazer	Surgimento de doenças gastrintestinais provenientes de modificações na água; 24.Demanda maior que a oferta de escolas, centros de recreação e lazer; 25.Modificações nas atividades de lazer e recreação (quebra de relações com o Rio, a Rua, a Praça);

Continuação dos dados da tabela 1...

FATOR AMBIENTAL	IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS
Patrimônio Cultural, Histórico, Arqueológico e Paisagístico.	26. Perda de registro sobre a introdução da Mão de obra escrava e o avanço da pecuária no Alto Sertão, Ruínas de Jesuítas e Franciscanos; 27. Desaparecimento de fosséis de uma floresta de coníferas; 28. Perda de mais de 200 sítios arqueológicos de caçadores e coletores pré-históricos (de aproximadamente 10 mil anos atrás, com gravuras e pinturas rupestres); 29. Desaparecimento de prédios com valor cultural e histórico; 30. Pouca ou, em algumas comunidades ribeirinhas, nenhuma relação das comunidades e povos tradicionais do Subsídio São Francisco com os achados arqueológicos; 31. Desaparecimento de espécies endêmicas ou ameaçadas de extinção; 32. Proliferação de plantas exóticas aquáticas; 33. Interrupção na migração da ictiofauna e de sua consequente reprodução; 34. Alteração na composição da fauna e flora aquática e das regiões ciliares; 35. Destruição da biodiversidade; 36. Alteração da qualidade da água; 37. Modificações Climáticas e contribuição para o aquecimento global; 38. Sismicidade induzida; 39. Inundação de Jazidas minerais e áreas férteis; 40. Processo erosivo nas margens (80% das matas ciliares destruídas); 41. Modificações nas condições de navegabilidade; 42. Menor armazenamento de água no sistema solo-vegetação (THEODOMIRO, 1990); 43. Possível diminuição da precipitação pluviométrica (THEODOMIRO, 1990); 44. Emissão de gases estufa (CO ₂ e Metano); 45. Destruição das cachoeiras; 46. Intenso desmatamento em áreas de reassentamentos.
Meio Natural	

Fonte: Marques (2017)

Estes impactos provocaram o deslocamento compulsório dos moradores destas áreas, a ecologia da região sofreu transformações, houve mudança da temperatura e na fauna aquática, poluição do rio, bem como promessas do governo federal de desenvolver a região, porém houve desintegrações e desorganizações de várias comunidades que viviam nas áreas ribeirinhas. Questões de complexas rupturas podem ganhar novas elucidaciones, a partir da escrita de algumas narrativas vividas por pessoas deslocadas que se constituem elementos da memória e que guardam relação com os acontecimentos históricos.

A construção da barragem de Sobradinho trouxe alguns questionamentos como o valor das indenizações relacionadas às terras permutáveis. Posseiros, arrendatários, pequenos agricultores e pessoas, que não tinham terras na região procuraram se organizar como trabalhadores rurais para defesa da posse da terra.

A historiadora Estrela (2004) argumentou que se criou uma estrutura organizativa chamada de Polo Sindical dos Trabalhadores do Submédio São Francisco para lutar contra os efeitos negativos da construção da hidrelétrica. Este polo sindical passou a pressionar a empresa estatal no sentido da obtenção de reassentamento com irrigação para a população deslocada e, ao longo dos anos, realizou manifestações públicas como ocupação de escritórios estatais e canteiro de obras, como afirmou a historiadora Ely Estrela (2004).

Para refletir como esse acontecimento trouxe impactos aos atingidos pela barragem, o presente artigo analisou produções bibliográficas desenvolvidas por Edcarlos Mendes da Silva (2010), Ely Estrela (2004), Juracy Marques (2017) Luciano Menezes (2017). Esses estudos problematizam as políticas públicas adotadas pelo Estado através da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e trouxeram relatos dos moradores das comunidades atingidos por barramentos, retratando os impactos socioambientais dos locais onde estas hidrelétricas foram construídas.

Como afirmou Marques et al. (2018, p.93), sobre a construção de barramento no Rio São Francisco.

Na Bacia do rio São Francisco situam-se inúmeros povos e comunidades tradicionais como, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, povos de terreiros, ciganos, fundo de pasto, vazanteiros, entre outros, que numa sociedade de classes como a brasileira, são excluídas das políticas socioambientais. Esses atores sociais encontram-se em territórios tradicionais de vínculos simbólicos e ritualísticos onde mantém relações simbióticas com seus respectivos ambientes biofísicos, também simbólicos. Esse modelo de desenvolvimento implantado no Brasil a partir da década de 60 teve impactos diretos sobre a vida de milhares de pessoas ribeirinhas do São Francisco que, ainda hoje, não tiveram amparo legal nas estruturas jurídicas nacionais e internacionais.

Depois de analisar os artigos que narram os episódios da inundação de algumas cidades do norte baiano, foi possível descrever fatos que ainda estão presentes na memória comunitária que formam a identidade do município, como a inundação da cidade de Sento-Sé, e os impactos socioambientais para sua gente mediante ao processo de deslocamento para a nova sede do município e quais suas consequências para a população sento-seense.

1 Barragens do Rio São Francisco

As pesquisas acerca das construções de barragens para a geração de energia nas últimas décadas descrevem que os barramentos têm sido um dos principais motivos da causa dos impactos socioambientais. Desta maneira, a análise deste estudo apontou alguns efeitos negativos sobre a sociedade e o meio ambiente a exemplo do deslocamento compulsório da população residente na área inundável pelo reservatório e, conseqüentemente, a perda de terras cultiváveis e de benfeitorias, pequenas e insuficientes indenizações pelas terras.

No Brasil, mais de um milhão de pessoas foram expulsas de suas terras devido à construção de hidroelétricas. Na Bacia do rio São Francisco, somando o número de relocados dos barramentos de Paulo Afonso I (1948), Três Marias (1950), Paulo Afonso II (1955) e III (1967), Moxotó (1970), Sobradinho (1973), Paulo Afonso IV (1975), Itaparica (1979) e Xingó (1987), mais de 250.000 pessoas foram atingidas e deslocadas para outras áreas organizadas pela CHESF. A barragem de Sobradinho atingiu cerca de 72.000 pessoas, enquanto, Itaparica foi responsável pelo deslocamento de aproximadamente 65.000, entre as quais 169 indígenas que foram obrigados a sair de suas terras, (MARQUES 2018).

De acordo com Menezes (2017, p. 19), a construção das barragens no Rio São Francisco atingiu grandes áreas rurais e urbanas cobrindo seus espaços de sociabilidade, resultando, portanto, em prejuízos materiais, além da imensa destruição do patrimônio ambiental, histórico e paisagístico.

Estas barragens foram construídas com o objetivo de gerar energia elétrica, mas o preço que se pagou para este “progresso” foi o sofrimento dos ribeirinhos que perderam seus bens materiais, seus espaços de referências e sua identidade ficaram submersas por promessas que, após quatro décadas, até hoje alguns choram a partida de parentes desterrados e dos espaços de outrora onde viviam e criavam seus filhos.

Marques (2018) afirmou, em suas pesquisas sobre o tema barramento, que uma característica comum à construção de barragens foi o deslocamento populacional, destacando que as comunidades atingidas romperam com “os vínculos dos parentes, pessoas conhecidas, lugares e seus espaços identitários (...). Não se trata apenas de uma lembrança traumática, mas de uma busca de sentido na dinâmica de organização da identidade sociocultural e das suas dimensões subjetivas”.

Estas disputas podem se inserir no quadro de representações sociais de construção de uma memória coletiva que, na longa duração, podem evidenciar memórias silenciadas pelos atores

políticos, que podem em certas ocasiões “invadir o espaço público e passar do “não dito” à contestação e à reivindicação”, como se refere Michel Pollack (1989, p. 9).

O impacto da construção da barragem de Sobradinho ao longo do Rio São Francisco atingiu diversas comunidades rurais e urbanas. Debaixo do grande Lago, ficou um patrimônio material e imaterial. Os povos indígenas tinham nos remotos vales e florestas um refúgio ligado a sua vida espiritual com o território, e, com a construção da barragem, sofreu interrupções (MARQUES, 2008).

2 Os Atingidos de Sento-Sé pela Barragem de Sobradinho

O município de Sento-Sé Bahia, localizado às margens do Rio São Francisco, a 689 km de Salvador, tem uma extensão territorial de 12.871 km². Ponto de passagem para o Piauí, o município foi elevado à categoria de cidade em 1832, por Decreto Imperial, e, no dia 21 de novembro de 1883, foi confirmada a emancipação política.

Na década de 1970, o governo implantou políticas de construção de barragem. A Chesf, empresa responsável pela construção das usinas hidrelétricas de Paulo Afonso I (1955) e II (1961), finalizou a barragem de Paulo Afonso III (1971), seguida pela de Moxotó (1979), na região nordeste.

Para justificar a construção da barragem, o governo federal publicou documentos que procuraram associar o atraso socioeconômico a uma oligarquia familiar rural que se estabeleceu na cidade, que negou o direito do desenvolvimento ao município, mantendo a população sob seus mandos e desmandos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Como demonstra o relato do engenheiro Eunápio Peltier de Queiroz, em carta datada de 14 de Junho de 1973, ao presidente da Eletrobrás Mario Penna Bhering, a justificativa para a construção da obra se alicerçava na promessa de levar desenvolvimento a um povo que considerava “primitivo, conformado e dominado pelo pavor do desconhecido”.

Para o engenheiro Eunápio Peltier de Queiroz, responsável pela obra, o “barranqueiro é um homem totalmente condicionado ao rio que tudo lhe dá. Vive isolado e autossuficiente, analfabeto, sem usufruir qualquer benefício de comunicação de massa, seus contatos humanos restritos ao seu próprio nível, com os vizinhos e as feiras, sua mentalidade não pode evoluir, conservando-se primitivo, sem poder aquisitivo, sem aspirações”.

Com a construção da barragem de Sobradinho, um dos desafios foi o reassentamento da população. Cada família teria a alternativa de morar na beira do lago, transferir-se para os projetos de colonização, como o projeto Serra do Ramalho, em Bom de Jesus da Lapa, ou

deveria buscar “a solução mais adequada e escolher o seu destino”, conforme respondeu a Chesf em carta encaminhada em 18 de Julho de 1975 aos representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro, Casa Nova, Sento- Sé e Remanso.

De acordo com documentos do Centro de Implantação do Reservatório de Sobradinho (CIRES), de 18 de Janeiro de 1975, foram distribuídos 5.720 lotes agrícolas, 10 hectares em média, num total de 55.566 hectares.

Em Sento-Sé, foram reassentadas 3.888 pessoas atingidas pela construção da barragem, destas 2.609 foram assentadas na borda do lago entre núcleos rurais, a nova cidade e a caatinga. Cerca de 914 se mudaram para cidades circunvizinhas, previsto à época como acordo de “solução própria”, 298 foram para o Projeto Serra do Ramalho; e 77 famílias tiveram destino ignorado (ESTRELA,2004).

Os deslocamentos compulsórios em geral foram traumáticos, provocam modificações nas formas de vida dos atingidos que vão muito além dos aspectos econômicos, sociais e culturais. No caso de Sobradinho, as perdas afetivas e as perturbações psicológicas deixaram marcas e são irreparáveis, provocando silêncio e desconfianças. A correspondência entre as mudanças provocadas pelo deslocamento e o *redimunho* não é uma simples metáfora (ESTRELA, 2004).

Embora tenha sido previsto o reassentamento da população, na época já se podia perceber o apego da comunidade à sua terra e ao Velho Chico. Esse sentimento de afetividade foi confundido com subdesenvolvimento e atraso. Para o Engenheiro, o “ribeirinho conformado e dominado pelo pavor do desconhecido. Assim, agarra-se ao rio que lhe assegura a sobrevivência e as crenças, que o confortam. Além de tudo, com justa razão profundamente sentimental para com o seu rio, por afeição, o Velho Chico”. O engenheiro ainda concluiu sua argumentação dizendo que o barranqueiro “socialmente é, pois, um ser desvinculado, cultural e economicamente, do resto do país”.

Desta forma, o passado, a cultura, a tradição, o patrimônio material e imaterial do berradeiro, seus costumes, crenças seriam ignorados em função de um modelo de desenvolvimento que considerava o ribeirinho como atrasado e subdesenvolvido.

Em defesa do beradeiro, dos barranqueiros, do homem e da mulher do campo, surgiu o apoio da Igreja Católica. Contudo, a posição da Igreja em relação à construção da barragem e seus desdobramentos merecem esclarecimento. Inicialmente favorável ao projeto, à instituição

mudou radicalmente de posição, passando a questionar a atuação da CHESF, no que diz respeito ao processo de relocação. Um dos religiosos a se opor ao modelo foi o bispo Dom José Rodrigues, responsável pela Diocese de Juazeiro.

Segundo Silva (2002), o bispo de Juazeiro concedeu depoimento à comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal, no período de 1978 a 1980, questionando sobre as formas de convencer as pessoas a deixarem a região. Os funcionários da CHESF usavam algumas vezes de ameaças. “Ou aceita essa indenização ou perderá tudo para as águas. Se não quiserem sair, virá o exército com os tratores e derrubará tudo”, como consta no relato de Dom José Rodrigues.

Em 1975, a Igreja Católica procurou esclarecer a comunidade e mediar os conflitos. A Igreja utilizou de todos os meios disponíveis, como o programa A voz do São Francisco, pela Emissora Rural, e o Boletim Caminhar Juntos, publicado a partir de março de 1976 com o intuito de debater os rumos da política de desapropriação e relocação. Por iniciativa da Igreja Católica, uma comissão realizou uma série de reuniões e elaborou um memorial do qual constavam as reivindicações urgentes da população e foi encaminhada à CHESF e ao INCRA, (SILVA, 2002).

Porém, apesar das políticas públicas que têm sido estimuladas, o sentimento de parte de algumas famílias ainda é de revolta e de injustiça pelos bens e imóveis que estão, hoje, submersos pelas águas do grande lago.

Na pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), após ter analisado algumas narrativas sobre moradores que sofrem inundações por barragens, foi verificado que a inundação não seria o único caminho para as melhorias nas cidades. Será que as mudanças ocorridas na cidade poderiam ser alcançados sem que houvesse o alagamento de quatro cidades, com mais de 400 anos de história, deixando embaixo d’água um patrimônio material e imaterial, em nome de um discurso de progresso e do desenvolvimento? Esse e outros questionamentos ainda são feitos por algumas famílias que têm mágoas por terem perdido seus bens, pela morte de parentes e pelo desterro de familiares e amigos que foram deslocados da cidade (AMARAL, 2012).

Conclusões

Este artigo trouxe algumas reflexões sobre a análise dos impactos socioambientais ao tema pesquisado que foi impacto socioambiental e população atingida por inundação, provocados pelas construções de hidroelétricas ao longo da Bacia do Rio São Francisco.

Desta maneira percebe-se que a revisão da literatura é uma ferramenta importante para a elaboração de trabalhos científicos, pois o tema é trabalhado de acordo com estudos já realizados por pesquisadores das áreas afins, a cerca da memória como capacidade de lembrar o passado. Neste trabalho ficou perceptível a contribuição dos estudos que trazem reflexões sobre barragens, memória, cultura, patrimônio material e do berradeiro, a fim de discutir os resultados obtidos na pesquisa.

A memória dos atingidos pelas barragens na Bacia do São Francisco foi silenciada pela ação de um estado ditatorial e repressor com fortes raízes ecocidas, hoje, caracterizado como um crime contra a humanidade. O que se observamos, é que este estudo contribui para isso, é a organização sistemática dessa memória, quiçá, poderá ser usada em diferentes processos, sobretudo de natureza jurídico-formal, sobre a compensação dos danos sofridos pelas populações e pela natureza nessa região do Brasil.

Neste estudo observou-se que a preservação da memória local depende das narrativas dos mais idosos, com a apreensão de possibilidades que o presente possa apagar o passado histórico, salienta-se a necessária consciência de se fazer o registro da memória local, em virtude até mesmo das idades avançadas das testemunhas orais que a qualquer momento pode vir a falecer e daí convém entrevistá-las o mais breve possível para não perder estas memórias significativas do passado deste e de outros municípios atingidos. Por isso a memória não deve ser vista apenas como uma extensão da história, onde sobre essa última pese o assassinato da primeira, mas sim como um viés para o enriquecimento mútuo das representações sociais que se configuram nesse convívio.

Agradecimentos

A pesquisadora Adzamara Rejane Palha Amaral, agradece à CAPES pela concessão da bolsa de estudo para desenvolver estudos de pesquisa no Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental–(PPGEcoH) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Referências

AMARAL, A. R.P. **Sento-Sé Memórias de Uma Cidade Submersa**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Juazeiro (BA): 2012.

MARQUES, J.; WAGNER, A.; MENEZES, L.(Orgs). **Barrando as Barragens: O Início do Fim das Hidroelétricas**. Paulo Afonso-BA: Editora SABEH, 2018.

MARQUES, J. **Cultura Material e Etnicidade dos Povos Indígenas do São Francisco Afetados por Barragens: Um Estudo de Caso dos Tuxá de Rodelas**. Salvador: UFBA, 2008. Tese de Doutorado.

MENEZES, L. S. de.; MARQUES, J.A **Barragem de Itaparica e os Atingidos de Petrolândia – PE**. Juazeiro: 2017.

POLLACK, M. **Memória, esquecimento e silêncio In: Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Vol. 2, nº 3, 1989.

SILVA, E. M. da. **Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: ganhos e Desenganos**. Salvador: 2010.

SILVA, P. da. **A construção da Barragem de Sobradinho a partir da Diocese de Juazeiro:1962-1982**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia, 2002.